



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **0012110-36.2010.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Aquisição**  
 Requerente: **Franciscus Paulus Christophorus Hendriks**  
 Requerido: **Raetch Sistemas de Conversão de Energia Ltda**

Proc. 1264/10

4ª. Vara Cível

Vistos, etc.

FRANCISCUS PAULUS CHRISTOPHORUS HENDRIKS, já qualificado nos autos, moveu ação de cobrança contra RAETHC – SISTEMAS DE CONVERSÃO DE ENERGIA LTDA., também já qualificada, alegando, em síntese, que:

a) emprestou à suplicada, a quantia de R\$ 60.000,00, em 09/08/2007, para que ela pudesse viabilizar contrato celebrado com CARBON TRADING SOLUTIONS e GRYPHON CARBON CONSULTANCY.

b) segundo o que foi pactuado entre o autor e a ré, a quantia emprestada a esta, deveria ser restituída em 01/08/2008.

c) em 09/01/2008, a ré solicitou ao autor o empréstimo de R\$ 38.000,00, que deveria ser pago em 01/07/2008.

d) face ao novo empréstimo, restou deliberado que o total devido, que correspondia a R\$ 98.000,00, seria pago em 01/07/08, o que não aconteceu.

Destarte, moveu o autor esta ação, requerendo a condenação da ré ao pagamento da importância de R\$ 152.438,94, que corresponde ao total da soma das importâncias emprestadas já atualizadas e acrescidas de juros de mora.

Requeru também o suplicante que sobre o total devido sejam acrescidos R\$ 32.000,00, que corresponde ao montante que pagou a seu advogado.

Docs. acompanharam a inicial (fls. 10/34).

Citada por edital, a ré não contestou a ação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

A curadora nomeada nos termos do art. 9º., inc. II, do CPC, contestou por negação geral (fls. 153vo.).

É o relatório.

DECIDO.

O julgamento antecipado da lide é cabível in casu, como será demonstrado.

A ação procede em parte.

Com efeito, dúvida não há de que a suplicada está a dever ao autor.

De fato, a documentação carreada aos autos, não deixa dúvida a respeito.

Porém, no que tange ao montante da dívida, os cálculos apresentados estão equivocados.

De fato, o valor principal devido é de R\$ 98.000,00.

Porém, a correção monetária deve ser computada a partir da data do ajuizamento da ação.

De fato, a dívida in casu é de dinheiro.

Logo, a correção deve ser computada nos termos do parágrafo 2º., do art. 1º., da Lei 6.899/81, ou seja, a partir do ajuizamento da ação.

Em relação ao contrato de honorários advocatícios, que segundo consta a fls. 06, foi de R\$ 32.000,00, observo que o autor contratou os serviços de seu ilustre e combativo advogado, a seu talante, porque entendeu conveniente a seus interesses.

Tais serviços foram contratados fora do crivo do contraditório.

Destarte, tais despesas não podem ser opostas à ré, pelo que improcede a pretensão.

Realmente os honorários advocatícios são fixados em hipótese de sucumbência, a critério do Juízo, de acordo com as balizas impostas pelo art. 20, do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

CPC.

Logo, sem fomento jurídico, a pretensão de condenação da ré ao pagamento de honorários do valor de R\$ 32.000,00, certamente definidos pelo autor e seu advogado fora do crivo do contraditório.

Com tais considerações e o mais que dos autos consta, **julgo parcialmente procedente a ação.**

Em consequência, condeno a ré a pagar ao autor a quantia principal de R\$ 98.000,00, devidamente corrigida a partir da data do ajuizamento desta ação (art. 1º., parágrafo 2º., da Lei n. 6.899/81) e acrescida de juros de mora, estes contados a partir da citação.

Julgo, face ao que foi exposto na fundamentação supra, improcedente o pedido de condenação da ré ao pagamento da quantia de R\$ 32.000,00, correspondentes ao que o autor pagou a seu advogado.

A sucumbência foi parcial e recíproca.

Porém, em maior grau para a ré.

Destarte e valendo-me das balizas impostas pelo art. 20, do CPC, condeno a requerida ao pagamento das custas do processo e honorários advocatícios, que fixo em 15% do valor da condenação.

P. R. I. C.

SÃO CARLOS, 13 de janeiro de 2013.

**THEMÍSTOCLES BARBOSA FERREIRA NETO**  
**JUIZ DE DIREITO**